

# Frieza da lei proíbe extrativismo de subsistência

Cilene Pereira

Fotos de Roberto Faustino

IGUAPE, SP — Encurralada entre a ilegalidade e os atravancados caminhos da burocracia brasileira, a extração de caixeta — madeira nobre típica da região sul de São Paulo e norte do Paraná —, antes uma das atividades mais tradicionais desenvolvidas neste pequeno município, a 200 quilômetros de São Paulo, acabou se transformando no centro de um dos maiores conflitos já vividos na cidade, e também num espelho onde se refletem algumas das dificuldades práticas que emperram a implantação de um eficiente e efetivo sistema de manejo extrativista, onde o meio ambiente seja protegido e a população não perca sua fonte de renda.

Ao todo, pelo menos 400 famílias estão envolvidas diretamente com a extração e o beneficiamento da madeira, incluindo as cinco serrarias que realizam o corte e o empacotamento da caixeta, uma planta natural de áreas alagadiças, como as que cercam toda a cidade de Iguape. A caixeta extraída na região, considerada de qualidade superior à do cedro da Califórnia — visto como uma das melhores madeiras do mundo — segue direto para a fábrica da Johann Faber S/A, onde é usada para a produção de lápis cosmético destinado à exportação.

Todo esse trabalho, entretanto, desde a extração até a serraria, está proibido pelas leis de proteção ambiental que amparam o complexo lagunar onde Iguape está localizada, composto ainda por Cananéia e Ilha Comprida, um dos últimos redutos ecológicos do estado de São Paulo. "A área não pode ser desmatada de forma alguma, já que está sob proteção total", explica Walter Soboll, coordenador de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, responsável pelo planejamento de um áleto programa de manejo destinado especialmente a racionalizar a extração da madeira na região, mas que encontra na demora da burocracia seu maior obstáculo para ser efetivamente implantado.

Segundo o projeto, para tornar legal a extração da caixeta, o interessado precisa, antes de tudo, provar que é o verdadeiro proprietário da área que pretende explorar. O primeiro passo para a obtenção da licença, porém, acaba sendo o primeiro e também o último. "A região tem sérios problemas fundiários e há uma dificuldade enor-

me em se designar proprietários ali", admite Soboll. Desde que a licença para extração se tornou obrigatória, apenas três pedidos foram encaminhadas ao Departamento de Proteção de Recursos Naturais em Iguape. Destes, um foi indeferido, por falta de comprovação de posse, e dois ainda estão em andamento. "O processo de licenciamento é muito demorado", reclama também o agricultor Arnaldo Neves Jr., presidente da Associação de Reposição e Recuperação Florestal da Mata Atlântica, criada especialmente para auxiliar na instituição de sistemas racionais de extrativismo vegetal.

Impedidos de desenvolver sua atividade legalmente, os *caixeteiros* — como são chamadas as pessoas que vivem da extração da caixeta em Iguape — acabaram caindo totalmente na clandestinidade, fazendo de seu trabalho uma rotineira aventura em que a fuga das fiscalizações policiais é uma das principais preocupações do cotidiano. "Nunca sabemos onde e quanto podemos cortar", reclama um precavido *caixeteiro*, que preferiu não se identificar. "Estamos sempre com medo de que alguém nos denuncie, e acabamos tirando menos do que podíamos", desabafou, colocando à mostra o clima de conflito instalado na cidade.

Na verdade, depois do acirramento da fiscalização sobre o corte ilegal da caixeta, a produção da madeira na cidade caiu drasticamente. Segundo levantamento realizado pela própria Secretaria do Meio Ambiente, em 1988 as serrarias da região produziam cerca de 70 mil grossas mensais — pacotes com dúzias de tabuinhas próprias para a confecção do lápis —, enquanto no primeiro semestre de 1989 este número despencou para 22 mil grossas por mês.

Para piorar a situação, os *caixeteiros* não recebem nenhum tipo de informação que os orientem sobre as formas mais adequadas de corte, propiciando a rebrota da planta. "Como a extração é feita de forma clandestina, eles estão fazendo cortes rasos, que não permitem a rebrota da planta", afirma Soboll. "Como iremos fazer campanha de orientação se a própria atividade é proibida?", indaga, por sua vez, Arnaldo Neves Jr., um dos mais aguerridos defensores da institucionalização de um prazo definido para a concessão do licenciamento, a ser estipulado em comum acordo pelos *caixeteiros* e pela Secretaria de Meio Ambiente.

## Corte da caixeta é tarefa dura

Homem pobre e com baixo nível de instrução, o *caixeteiro* envolvido diretamente com a extração da madeira é obrigado a trabalhar com a força de um leão. Pelo menos a metade do seu dia se passa no meio do mato, com água até a cintura e com a companhia irritante dos milhares de mosquitos que infestam as regiões alagadas onde os cortadores da madeira trabalham.

As dificuldades começam antes mesmo de o *caixeteiro* chegar aos caixetais. Os acessos são quase sempre difíceis, com longos trechos de precárias estradas de terra, travessias de barco e boas caminhadas dentro da mata.

Assim que chegam ao local onde será feito o corte, os *caixeteiros* entram na água munidos de

motosserras e de ganchos de aço usados para prender as toras numa espécie de *trenzinho* de madeira. Às vezes, eles chegam a caminhar quase duas horas dentro da água, desviando dos troncos soltos e pisando em raízes submersas, até chegar ao melhor caixetal para corte.

Depois de extraídas e devidamente amarradas com os ganchos de aço, o *trenzinho* de caixeta é puxado pelo próprio *caixeteiro* dentro da água, usando valas fluviais abertas com a própria madeira. "Quando chegamos ao *porto* (local onde o caminhão fica estacionado à espera da madeira), sentimos o maior alívio", desabafa o *caixeteiro*, que, por todo este trabalho, recebe o salário de Cr\$ 5.400,00 mensais.(C.P.)



Dentro d'água, o caixeteiro prepara as toras para transporte



Caiu bastante a produção das serrarias que beneficiam madeira